

# Presidente eleito dará atenção para 25 alterações no regimento da Câmara

por Cynthia Malta  
de Buenos Aires

O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso (PSDB) está preparando terreno para iniciar seu governo daqui a menos de dois meses e falou, ontem, em Buenos Aires, sobre dois pontos que considera importantes para facilitar a aprovação de suas propostas: a composição da maioria parlamentar que ele espera apoiar a sua gestão e modificações no regimento da Câmara dos Deputados e do Senado para imprimir maior velocidade à aprovação de reformas consideradas fundamentais para a condução do plano de estabilização.

Sobre a composição do grupo de parlamentares que ele espera arrebatar para apoiá-lo, disse que vai esperar até o dia 15 de novembro "para ver como fica o Congresso". "Fizemos na terça-feira pela manhã uma reunião na minha casa e concordamos em que enquanto não terminar o segundo turno é difícil tratar essa questão", disse Cardoso, em entrevista coletiva após almoço na Embaixada do Brasil, ao qual compareceu o presidente Carlos Menem e vários de seus ministros de Estado.

"Se insistirmos (nas negociações para formar a maioria parlamentar) podemos criar embaraços", afirmou o presidente eleito. "Vou continuar essas conversas depois do dia 15", acrescentou.

As mudanças no regimento da Câmara dos Deputados e do Senado foram comentadas por Cardoso na qualidade de Senador. "Co-

mo senador eu posso falar. O executivo pode suscitar através de seus líderes essas reformas", observou. Ele citou a emenda apresentada pelo senador José Serra, do PSDB, que propõe a redução do quorum mínimo para aprovação e apreciação de medidas. "O espírito da proposta do Serra é o mesmo, de viabilizar o mais rapidamente possível as modificações dentro do marco das reformas estruturais. Mas eu tenho dúvidas quanto à constitucionalidade dessa proposta", explicou Cardoso.

O senador Marco Maciel (PFL), vice-presidente elei-

to, segundo Cardoso, está orientado para avaliar essa questão com os líderes dos partidos políticos. Recebeu a tarefa na última terça-feira do próprio presidente eleito. "Também gostaria de falar com o Jobim sobre isso, pois ele foi o relator da revisão constitucional, disse, referindo-se ao deputado federal Nelson Jobim, do PMDB, que não conseguiu se reeleger nas eleições deste ano.

A reforma no sistema previdenciário é um dos pontos críticos que o presidente eleito deverá enfrentar no próximo ano e perguntado sobre a experiência na Ar-

gentina, que privatizou uma parte da previdência e enfrenta atualmente um déficit de cerca de US\$ 1 bilhão para cobrir as obrigações, respondeu o seguinte: "As situações na Argentina e no Brasil são diferentes. O Brasil não pode tomar o modelo chileno ou o argentino, pois cada país tem suas peculiaridades".

Ele observou que o processo de reforma previdenciária no Brasil não é novo e na Câmara dos Deputados há quase um consenso de que o Estado não tem condições de arcar com as despesas globais.